

MÁTRIA

XXI

11

REVISTA DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO
PROF. DOUTOR JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO

2022

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PROF. DOUTOR JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO

Mátria XXI

- n.º 11 -



Santarém • Maio de 2022

FICHA TÉCNICA

Título

MÁTRIA XXI – N.º 11, Revista do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão

Edição

Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão

Director

Professor Doutor Martinho Vicente Rodrigues

Conselho de Redacção:

Professora Doutora Adriana Veríssimo Serrão;
Professor Doutor Vítor Serrão;
Professora Doutora Ana Cristina Raimundo;
Procurador da República, Dr. Artur Rodrigues;
Professor Doutor Eurico Gomes Dias;
Professora Doutora Florinda Matos;
Professor Doutor Jorge Manrique Martínez;
Professora Doutora Maria de Fátima Reis;
Professor Doutor Pedro Sequeira;
Professor Doutor Rui Neto e Matos.

Secretária

Juíza Desembargadora, Dra. Manuela Bento Fialho

Coordenadora Editorial e Edição Gráfica

Mestre, Dra. Vanda Marisa Marques

Direcção Administrativa e Comercial

Dra. Mónica Estrela

Conselho Editorial:

Adriana Veríssimo Serrão;
Adriano Cordeiro;
Aires-Barros;
Alberto González Rodríguez;
Ana Cristina Raimundo;
Ana Leal Faria;
Ana Maria Carabias Torres;
António José Gonçalves de Freitas;
António Pedro Vicente;
Aurélio Fernando Rosa Lopes;
Avelino de Freitas de Meneses;
Bernardo Vasconcelos e Sousa;
Carlos Roberto Figueiredo Nogueira;
Carlos-Antero Ferreira;
Carolyn Elizabeth Leslie;
César Augusto Rodrigues Garcia;
Elena Perulero Pardo-Balmonte;
Maria de Fátima Reis;
Florinda Matos;

Francisco José Portela Sandoval;
Francisco Ribeiro da Silva;
Gabriela Ferreira Gândara Terenas;
George Félix Cabral de Souza;
Gerhard Otto Doderer;
Isabel Ferreira da Mota;
João Luís Cardoso;
Jorge Silva Lopes;
José Manuel Garcia;
José Sanchez-Arcilla Bernal;
Josefina Maria Cristina Torales Pacheco;
Juan Carlos Monterde García;
Júlia Montenegro;
Laurinda Faria dos Santos Abreu;
Luís Filipe Monteiro Vieira de Castro;
Luísa D'Arienzo;
Magdalena Rodríguez Gil;
Manuel Lobo Cabrera;
Margarida Garcez da Silva Ventura;
Maria Alegria Fernandes Marques;
Maria da Conceição Vaz Cabrita;
Maria Irene Aparício;
Maria José Azevedo Santos;
Maria Teresa Nobre Veloso;
Nicolás Sánchez-Albornoz Aboín;
Pedro Jorge Richheimer Sequeira;
Remédios Moran Martin;
Rui Neto e Matos;
Rui Nunes Correia;
Vítor Serrão.

Contactos

Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão

Casa de Portugal e de Camões
Rua Capitão Romeu Neves, R/C, Dtº
2005 - 157 Santarém - Portugal

Telefone: 243 304 662

<http://cijvs.cm-santarem.pt>

E-mail:

cijvs@cm-santarem.pt

Director:

martinho.rodrigues@cm-santarem.pt

Depósito Legal: 344744/12

ISBN: 2182-6544

ÍNDICE

Editorial

Prof. Doutor Martinho Vicente Rodrigues 9

O Padre Vieira em Amesterdão

Prof. Doutor Guilherme d'Oliveira Martins 13

O Foral Antigo de Santarém: do original, em latim, às versões em Português

Doutoranda Lina Maria Soares 17

Imagens e devoções marianas no território da diocese de Santarém a partir do Santuário Mariano de Fr. Agostinho de Santa Maria (1707-1723)

Prof. Doutor Tiago Moita 47

“Preces por agoa”: exemplos da pregação em torno do fenómeno da seca nos séculos XVII e XVIII

Prof. Doutora Fernanda Maria Guedes de Campos 93

Demografia e epidemias em Sines: os anos de 1720-1760

Prof. Doutora Sandra Patrício 113

<i>As Damas da Casa da Rainha – uma análise concisa dessas dignidades e cargos femininos, com especial relevo para os séculos XVII, XVIII e XIX</i>	177
Prof. Doutor António Pereira Coutinho	
<i>A facção militar Silveira: um caso de estudo ultra-realista (1820-1834)</i>	207
Prof. Doutor Daniel Estudante Protásio	
<i>1829 - Ordem de regresso da Companhia de Jesus a Portugal: para a propagação da Fé, para o serviço do Rei, e utilidade de seus Estados e Vassallos</i>	239
Prof. Doutora Francisca M. Branco Veiga	
<i>Republican Propaganda in Britain: Progressive Portugal or Domestication of the Other?</i>	271
Prof. Doutora Gabriela Gândara Terenas	
<i>Quão valiosa era a música para freiras de clausura? Um estudo de caso em S. Bento de Cástris</i>	287
Prof. Doutora Elisa Maria Lessa e Prof. Doutora Margarida Sá Nogueira Lalanda	
<i>A ação militar de Portugal no Sul de Angola em 1914: os acontecimentos de Naulila</i>	309
Mestre, Dr. Paulo Jorge Lopes da Silva	
<i>O veraneio em Portugal no início do século XX: alguns aspetos</i>	347
Prof. Doutora Irene Vaquinhas	

<i>A Plasticidade na Investigação: Controvérsias e Complexidades Epistemológicas</i>	
Doutorando Roberto Fernandes	365
<i>Entre a mesticite e a mestiçofobia: velhas e novas formulações da mestiçagem</i>	
Prof. Doutora Maria de Lurdes Caldas	393
<i>João Lourenço de Monsaraz – entre a construção de uma biografia e o desfazer de um equívoco</i>	
Doutorando Paulo Bruno Martins dos Reis	423
<i>As Cartas Familiares de D. Francisco Manuel de Melo – um intérprete do seu tempo</i>	
Doutorando João Abel da Fonseca	449
<i>Joaquim Veríssimo Serrão e Marcello Caetano: uma relação de Amizade e Lealdade</i>	
Mestrando, Dr. João Zambujo de Oliveira	515

Prémios de Investigação 2021

<i>Quotidianos sob o impacto da 1ª Grande Guerra: alguns aspectos</i>	
Prof. Doutora Irene Maria Vaquinhas	565

Prémio de Investigação 2021

O Prémio do Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, "Águas de Santarém", instituído com o apoio da EMPRESA DAS ÁGUAS DE SANTARÉM - EM, S.A., foi entregue na Sessão Solene, da CLI Assembleia de Investigadores, comemorativa do IX Aniversário do Centro de Investigação, realizada no Convento de São Francisco, de Santarém, no dia 29 de Maio de 2021.

- *"Quotidianos sob o impacto da 1ª Grande Guerra: alguns aspectos"*, da autoria da Senhora Professora Doutora Irene Maria Vaquinhas.

Quotidianos sob o impacto da 1ª Grande Guerra: alguns aspetos

The impact of the First World War on aspects of daily life in Portugal

Irene Vaquinhas¹

Resumo

Nesta comunicação analisam-se alguns aspetos das condições materiais da vida quotidiana da população portuguesa no período da Primeira Grande Guerra e nos anos imediatamente a seguir ao seu termo. Caracterizam-se algumas evoluções mais significativas decorrentes dos impactos económicos e sociais causados pelo conflito: carestia, aumento dos preços, alterações dos regimes alimentares, emergência dos *novos pobres* e dos *novos ricos*... No pós-Guerra a carestia dá lugar à abundância e a uma esfusante alegria de viver, assistindo-se a mudanças significativas nos padrões do gosto e da beleza feminina, da vida boémia e elegante, expressos, entre outros aspetos, na apropriação da noite, na multiplicação de clubes noturnos e de casinos, em novos consumos, na emergência da *garçonne*, a “cabelos à Joãozinho” na terminologia portuguesa, símbolo da modernidade e indicador simbólico dos *années folles*, a qual rompe com o conceito tradicional de

¹ Professora Catedrática de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e membro Integrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura, Unidade I&D da Fundação para a Ciência e da Tecnologia.

feminilidade identificado pelo estereótipo da mãe, esposa e dona-de-casa.

Palavras-chave: 1^a Grande Guerra; Quotidiano; Alta dos preços; Subsistências; *Anos loucos*; “Cabelos à Joãozinho”.

Abstract

This paper analyses certain aspects of the material conditions affecting the everyday life of Portuguese people during and immediately after the First World War. It identifies some of the more important developments resulting from the economic and social impacts of the war, such as shortages, rising prices, changes in diet and the emergence of the *new poor and new rich*. Subsequently, in the post-war period, scarcity gave way to plenty and an effusive joie de vivre, evident in significant changes in female taste, ideas of beauty and bohemian and elegant lifestyles, reflected in the interest in nightlife, the growing number of nightclubs and casinos, new forms of consumerism and the arrival of the *garçonne with bobbed hair, the symbol of modernity and the Roaring Twenties* who rejected traditional notions of femininity associated with the stereotype of the wife, mother and homemaker.

Keywords: First World War; Daily life; Price rises; Livelihoods; Cost of living; *Roaring Twenties*; bobbed hair.

Introdução

Reportando-se aos impactos económico-sociais provocados pela I Grande Guerra, no nosso país, o escritor Raul Brandão (1867-1930) registou nas suas *Memórias* que “A vida modificou-se nos últimos vinte anos, primeiro com lentidão e, depois da guerra, num tropel que mete medo. Ninguém pensa hoje como ontem [...] até as fisionomias se transformaram... Eu sou do tempo em que ser rico não era uma afronta para os pobres [...] Dizia-se pobrete e alegrete; hoje só se é pobre com desespero [...] As classes não estavam tão divididas. Hoje o rico desconhece o pobre [...] Toda a gente enriquece dum dia para o outro e toda a gente gasta, gasta, gasta [...] A carestia de vida não pesa no operário, que vive melhor: pesa nos pequenos empregados e na pobre gente que não viu aumentados os seus rendimentos. [...] Nunca se fizeram fortunas como agora, dum dia para o outro – ao mesmo tempo que há fome em muitos lares”².

As palavras de Raul Brandão não correspondem a mera retórica ou ficção literária. As situações que descreve evocam, de uma forma muito expressiva, a fratura social causada pela I Grande Guerra, a qual se mantém no período imediatamente a seguir ao seu termo. O debate historiográfico sobre as repercussões económicas e sociais da participação portuguesa no conflito tem evidenciado o peso decisivo de alguns dos fatores mencionados, os quais acabaram por contribuir para a queda da I República. É o caso, entre outros, do aumento dos preços e da alta do custo de vida, da desvalorização da moeda e do agravamento da crise fiscal, da falência de bancos, da interrupção do tradicional fluxo das remessas dos emigrantes. Como afirmam Álvaro Ferreira da Silva e Luciano Amaral, “A subida rápida dos preços inicia-se logo no primeiro ano do conflito mundial, progredindo até ao

² Brandão, 1933, pp. 111; 113; 121; 179.

Armistício, momento em que os preços se elevam a mais de três vezes o nível atingido em 1914. Os seis anos que se seguem a 1918 registam um acréscimo ainda mais rápido da inflação, com o nível de preços a passar rapidamente para mais 24 vezes do que no início da guerra”, esclarecendo ainda que, “à escala europeia, a inflação portuguesa só é ultrapassada pela hiperinflação dos países das potências beligerantes da Europa Central”³.

Estes fatores de ordem económica aceleraram movimentações sociais, fazendo emergir os “novos-ricos”, enriquecidos à custa de novos negócios criados pela guerra, e, empobrecendo outros, identificados por Oliveira Marques como os “novos pobres”, ou seja, todos aqueles que viviam de rendimentos pecuniários fixos ou de difícil modificação, tais como elementos de uma burguesia burocrática, pensionistas, funcionários públicos, oficiais do exército, empregados comerciais⁴. Estes grupos socioprofissionais reduzem o seu poder de compra, endividando-se lentamente, num esforço infrutífero de alcançarem as condições de vida do período anterior ao conflito armado. A sua recuperação económica só se começou a fazer a partir dos inícios da década de 1920.

É precisamente sobre os efeitos causados pela Guerra no quotidiano, em particular no meio urbano, que me irei deter nesta comunicação, tomando como base privilegiada de análise e ponto de observação um aspeto que foi fortemente afetado pelo conflito: os consumos alimentares e que, ao tempo, se centraram, sobretudo, em torno do que se designava pela *questão do pão*.

³ Silva, Amaral, 2011, p. 277.

⁴ Marques, 1993, pp. 240-241.

“Subsistências”, escassez e consumos: o peso do pão na alimentação. Reações, movimentos de protesto e ações de auxílio

A 4 de Agosto de 1914 é divulgada a notícia da declaração de guerra da Alemanha à Inglaterra. De imediato, se avançou, no nosso país, para iniciativas destinadas a prevenir ou a mitigar a desarticulação da economia e dos circuitos normais de distribuição provocados pelo conflito⁵.

Nesse mesmo mês, seria criada a *Comissão de Subsistências*, tutelada pelo Ministério do Fomento, e que tinha como objetivo prioritário estudar medidas que garantissem a provisão de géneros ao continente, ilhas e colónias⁶. Em estreita articulação com esta medida, o Ministério da Justiça, entre outras circulares emitidas, condenou “o monopólio dos géneros de primeira necessidade”, e definiu sanções para os comerciantes que elevassem os seus preços⁷.

Ao socorrer-se da proibição, o Estado alargava a sua esfera de ação e expressava a intenção de intervir na economia como forma de garantir o abastecimento do país em bens essenciais, de controlar os preços e de combater o que já se previa: a escassez de géneros, o

⁵ Pires, 2009, pp. 319-320.

⁶ Silva, 2013, p. 21; Pires, 2015, 185. Seriam também criadas em cada concelho Comissões de Subsistência Municipais, a quem competia decidir os preços máximos dos géneros a serem vendidos na respetiva área administrativa. Em 1916 as comissões distritais foram extintas, sendo substituídas por uma Comissão de Abastecimento, entretanto criada (Pires, 2013, pp. 13-15). Sobre o papel desempenhado por uma Comissão Municipal, no caso da cidade do Porto, veja-se, entre outros, Rossum, 2011, pp. 73-95.

⁷ Medida promulgada em 10 de Agosto de 1914 pelo ministro da Justiça, Eduardo Monteiro. Mais precisamente: “Todos os que negociarem em géneros alimentícios de primeira necessidade são obrigados a entregar, sob pena de desobediência, à respetiva autoridade administrativa, dentro do prazo de oito dias, a contar deste decreto, uma relação dos preços por que vendiam tais géneros no dia 1 do corrente mês de Agosto”, Pires, 2009, pp. 320-322.

agravamento dos preços, o contrabando, o mercado negro, o açambarcamento, a especulação⁸.

Tentava-se, também, salvaguardar os interesses das populações mais desfavorecidas, embora as medidas empreendidas tivessem tido efeitos limitados. Nas zonas da raia, sob o argumento de exportação clandestina de alimentos para Espanha, os fornecedores de géneros de 1^a necessidade aumentaram ilegalmente os preços, obrigando os comerciantes da capital a não cumprirem os preços tabelados.

Já no período anterior à Guerra, o nosso país dependia de abastecimentos externos para certas mercadorias vitais, como os cereais (sobretudo o trigo) e o carvão (fonte energética indispensável para os caminhos de ferro e para empresas particulares) mas também de outros géneros essenciais como o arroz (mais de metade do arroz consumido em Portugal vinha do estrangeiro), a carne (cerca de 1/3), o milho, a fava, o feijão e a batata. As produções nacionais eram insuficientes para o consumo: antes do início do conflito, Portugal produzia cerca de 120 milhões de Kilos de trigo e consumia uma média anual de 264 milhões de Kilos, ou seja, produzia menos de metade do que era consumido⁹.

A guerra veio perturbar o abastecimento desses bens, reduzindo-se as exportações pelos fornecedores habituais, sendo aquele ainda dificultado pela falta de transportes para os trazer para Portugal e pela suspensão das transações comerciais com a Alemanha. Os bens que importávamos eram também cruciais para os países beligerantes, como é o caso da Grã-Bretanha, com a agravante de os

⁸ A intervenção estatal envolveria o alargamento das funções estatais ao nível da gestão e da organização dos recursos, da distribuição da produção e do controlo do comércio externo.

⁹ Pires, 2004, p. 67.

navios britânicos serem alvo da guerra submarina alemã. Esta afetou a balança alimentar portuguesa, já de si bastante vulnerável antes do conflito. O transporte das subsistências dependia fortemente das marinhas mercantes estrangeiras, tanto inglesa como dos países neutrais, como a Dinamarca, a Noruega ou a Holanda, começando estas últimas também a serem atacadas a partir de março de 2017, o que complicaria, de um modo significativo, o cenário alimentar nacional, intensificando a escassez e a elevação do preço de todo o tipo de bens¹⁰.

A diminuição das importações, fazendo escassear os produtos, teve um impacto devastador no quotidiano: tanto afetou o nível da atividade económica, inclusive o tecido empresarial português¹¹, como o abastecimento alimentar, sobretudo, às principais cidades (Lisboa e Porto), fazendo aumentar os preços e subir de tom o protesto social, quer sob a forma de greves quer de assaltos a armazéns de víveres e padarias.

As medidas tomadas, sobretudo administrativas¹² ou demasiado tardias, a exemplo da mobilização agrícola, promulgada em 1917, e que visava promover a intensificação da produção agrícola nacional, não conseguiram ter qualquer efeito apaziguador e deter o processo em curso¹³, muito em particular, a inflação. A nível nacional,

¹⁰ Brandão, 2018, pp. 333-335.

¹¹ Brandão, 2018, pp. 337-338.

¹² É o caso da criação do Armazém Geral Industrial (Decreto nº 766 de 18 de Dezembro de 1914) com o fim de “auxiliar industriais que, pela exportação dos seus produtos, possam concorrer para o desenvolvimento do trabalho e da riqueza do país, fica o Governo autorizado a instalar armazéns gerais subordinados a regime análogo aos dos armazéns gerais agrícolas, cuja regulamentação foi aprovada pelo decreto nº 206 de 7 de Novembro de 1913 (art. 1º).

¹³ Numa tentativa de normalizar economicamente o país, foi decretada a mobilização agrícola (decreto nº 3619 de 27 de Novembro de 1917, *Diário do Governo*, I Serie, nº 208, pp. 1220-1223) que impunha, entre outros aspetos, para além de fácil acesso a sementes,

os índices do custo de vida, entre 1914 e 1918, aumentam significativamente passando de 100 para 316,8¹⁴, sendo mais acentuado nos alimentos de origem animal, em comparação com os de origem vegetal e os produtos usados no aquecimento e higiene doméstica. Na cidade de Lisboa agravam-se os preços dos géneros alimentares. No caso da carne, entre Julho de 1914 e Janeiro de 1918, os custos (em réis e por quilograma) sobem de 280 para 900, no caso do carneiro, e de 440 para 1200, no caso do porco, entre outros casos que se poderiam mencionar¹⁵. Já o pão (farinhas e massas) regista um aumento de 355%, entre os anos de 1914 e 1918, convertendo-se numa preocupação para as autoridades, dado o seu impacto nos salários das classes trabalhadoras¹⁶.

O operariado português, apesar do relativo aumento salarial, era dos piores remunerados no espaço europeu. Dessa situação precária resultava uma alimentação insuficiente e de má qualidade. Na ração alimentar predominavam os hidratos de carbono, devido à grande ingestão de pão e batata, sendo fraco o consumo de proteínas animais. Segundo inquérito às condições de vida do operariado, em 1909, 70% do orçamento de uma família de baixos rendimentos era gasto em comida, sendo 25% desses 70% para o pão¹⁷. O pão era, pois, o principal alimento e aquele que, segundo alguns autores, “melhor se ajusta ao magro orçamento operário. Quando este falta é a fome”, ou

máquinas e motores, a promoção da cultura de baldios e a instituição de prémios aos agricultores que provassem ter cultivado novas terras. Como afirma Ana Paula Pires, a visão e a estratégia deste diploma fazia antever diferentes linhas de ação que serão incluídas na Campanha do Trigo. (Pires, 2009, pp. 337; 346).

¹⁴ Rollo, 2015, p. 73.

¹⁵ Pires, 2018.

¹⁶ Pais *et alii*, 1976, p. 416.

¹⁷ Pais *et al*, 1976, p. 402.

seja, era uma espécie de “medidor de conjuntura”¹⁸, o que justifica a importância que se lhe atribui no período da I Grande Guerra. Com efeito, pelo papel que ocupa na alimentação portuguesa, o pão era considerado um promotor da paz social: a sua falta ou a sua venda a preços elevados era geralmente sinónimo de revolta, de agitação, tumultos populares e de inquietação para o poder político.

Uma descrição da “comida da gente pobre” das diversas províncias portuguesas, no século XIX, retirado do *Livro da Mulher*, mostra, de uma forma muito clara, o peso do pão na alimentação quotidiana, não obstante variações em função dos usos e dos costumes locais:

“Em Trás-os-Montes comem pão de centeio, e caldo verde temperado com azeite ou unto [...] A gente pobre das montanhas passa sem pão desde novembro até março, sustentando-se primeiramente de castanhas verdes cosidas, e depois de secas, também cosidas ou maçadas com o maço, e reduzidas a pasta [...] Na Beira Alta usam de pão centeio de mistura, em que entra algum trigo e ervilhaca [...] Tem poucas hortaliças, à exceção de alguma cebola, e por isso gostam de migas de azeite; um bocado de toucinho assado [...] Na Beira Baixa gostam de pão de milho, e comem de tudo [...] No Minho igualmente; mas há-de ser sem côdea, e para isto fazem tamanha broa que parece a roda de um carro, afim de comerem só o miolo [...] Bebem vinho verde, que tem muito ácido e muito gás carbónico, em razão de não ser fermentado no lagar [...] No Algarve comem uma certa miga de pão de trigo mui grosseiro que podia servir para grude. Faz-se numa caldeira de cobre com azeite, água e alhos, remexem tudo [...] com uma colher de pau, até se apegar e conglomerar [...] Comem toda a qualidade de gado morrediço [...] partem a carne em talhadas, secam-na ao sol e d’ela fazem o seu provimento [...] Na Estremadura, compreendida Lisboa, comem açorda de alho: é uma comida salubre [...] Os legumes grosseiros são aqui muito empregados [...] No Algarve comem papas muito bem feitas de milho *arralado* (mal móido) que temperam com peixe, azeite, manteiga ou leite. Gostam muito de comer milho torrado, a que chamam *freirinhas* [...] Comem também as vagens das alfarrobas torradas, e os grãos de bico. Os figos secos lhes servem de pão, e comem tantos que parece impossível não lhes fazer mal.

¹⁸ Cascão, 2011, p. 63.

Também usam muito de peixe e de marisco. Têm poucas hortaliças mas o pampolino silvestre¹⁹ e as folhas da erva cabacinha suprem esta falta”²⁰.

De muitas outras formas, os documentos mostram a grande ingestão do pão e dos caldos ou sopas. Reportando-se à alimentação dos trabalhadores agrícolas do concelho de Condeixa (distrito de Coimbra), no início do século XX), Pedro Dória Nazareth cita o testemunho do respetivo subdelegado de saúde, no qual este afirma que “Tenho visto cousas espantosas e chego a persuadir-me que o aparelho digestivo de muitos trabalhadores agrícolas participa na morfologia dos ruminantes. Litros e litros de uma mistura de hortaliças, legumes secos, pão de milho e azeite desaparecem na voragem. Parecem poços sem fundo [...] No entanto, não são frequentes as dilatações do estômago”²¹. Com efeito, era deficiente o consumo de proteínas animais, como esclarece Rui Cascão, representando “apenas cerca de 12% do total de proteínas, o que determinava a pobreza da ração alimentar em aminoácidos, elementos fundamentais para o organismo”²².

Em resposta à escassez de géneros e à subida de preços, a partir do ano de 1915 começam a ocorrer movimentos de protesto contra a carestia de vida, muitos assumindo a forma de assaltos a mercearias, a padarias e a outros estabelecimentos comerciais, bem como a confrontos com a Guarda Nacional Republicana. Estes intensificam-se a partir de 1916, ano de péssimas colheitas de cereais panificáveis,

¹⁹ Segundo a *Arte do Cozinheiro e do Copeiro* (1845, p. 5), o pampolino é uma “erva silvestre semelhante à margaça que tem os caules roxos, e a flor branca. Nasce em grande abundancia em terras que ficam à folha e por entre as searas de trigo. Usa-se no Algarve [...] ali não há hortaliças e o pampolino é tão gostoso como os melhores bróculos”.

²⁰ *Livro da Mulher*, pp. 491-492.

²¹ Nazareth, 1908, p. 20.

²² Cascão, 2011, p. 62.

alargando-se a grande parte do país, tanto no continente como nas ilhas²³. As ações de protesto estão bem documentadas para a região do Porto²⁴, para várias localidades dos distritos de Évora e de Beja (Serpa, Portel, São Manços, Aljustrel, Odemira, Baleizão...)²⁵, ou para Alcains, Coimbra, Figueira da Foz e Montemor-o-Velho²⁶, entre outros casos. A carestia tomava feições distintas conforme as zonas do país. Raul Brandão refere o caso da sua terra natal: “Ali, em Lordelo, perto da minha freguesia, as crianças sustentam-se de talos de couve. Nunca vi, na aldeia, o pão a vender-se a mais de mil réis a rasa. Custa agora três mil e quinhentos. E não o há. As mulheres vão buscá-lo para as bandas de Fafe ou de Vieira, e vem com os taleigos à cabeça, através dos montes”²⁷.

Face às proporções tomadas, algumas câmaras municipais solicitam providências para que os concelhos fossem abastecidos de farinhas para o fabrico de pão destinado aos mais humildes ou, a exemplo das cidades de Portalegre ou do Porto, tomam-se medidas no sentido de resolver ou, pelo menos, de reduzir os efeitos da falta ou da escassez das subsistências²⁸.

Uma ação de protesto bem conhecida neste período, foi aquela que passou à história com o nome da “revolução da batata”, a qual principiou

²³ Carvalho, 2011, pp. 43-53.

²⁴ Rossum, 2011, pp. 36; 54-65.

²⁵ Redondo Cardeñoso, 2017.

²⁶ Cândido, 2018, pp. 270-272.

²⁷ Brandão, 1933, p. 85.

²⁸ Rossum, 2011, pp. 6; 73-95. No caso da cidade de Portalegre, a Comissão Administrativa Municipal, de forma a reduzir a pobreza do operariado e a atenuar os seus efeitos, deu início, de imediato, a obras públicas (Pires, 2004, p. 122). Para outras localidades, veja-se, nesta mesma obra, pp. 427-429.

a 13 de Maio de 1917, com o apoio do movimento sindical²⁹. Inicialmente circunscrito à Praça da Figueira, em Lisboa, o movimento alastrou aos bairros periféricos e, desde esse dia até 20 de Maio, são assaltadas 186 padarias em Lisboa, para além de mercearias, sapatarias, lojas de roupa, tendo sido detido um número significativo de pessoas e declarado o estado de sítio na capital³⁰. O governo, como forma de atenuar a carência de pão na capital, declara livre a entrada em Lisboa de qualquer tipo de pão. Ao tempo, Afonso Costa pretendia que o consumo do pão fosse substituído pelo da batata.

Apesar de extremamente graves, os protestos da “revolta da batata” suscitaram, de imediato, leituras humorísticas, a exemplo da “oração para se rezar, ao deitar da cama” publicada no periódico *Seculo Comico*, de 4 de Junho de 1917: “Padre e senhor nosso, António Maria da Silva, que estais de vez em quando na direção geral dos correios e telégrafos dos correios e telégrafos, santificado seja o vosso nome, venha a nós a vossa democracia seja feita a vossa vontade assim na dita direção geral como no ministério do trabalho mas – com mil raios – mandai-nos entregar o pão nosso que está na repartição das encomendas postais há quinze dias e perdoai-nos as pragas que vos rogamos, assim como nos perdoamos as que nos tendes rogado, ao ler as nossas biscoas, e não nos deixeis cair, senhor, na tentação de um dia ir ao vosso gabinete para vos dar com uma broa na cabeça”.

A falta de qualidade do pão vendido ao consumidor torna-se comum, sendo este descrito como “negro”, “muito duro” e com “mau cheiro”³¹, enquanto aumentavam o açambarcamento e o mercado

²⁹ Pereira, 2016, pp. 147-148.

³⁰ Pires, 2004, pp. 266-269; Pires, 2018; *Ilustração Portuguesa*, Junho 1917, p. 448.

³¹ Rodrigues, 2007, p. 7.

negro, tema recorrente em algumas revistas teatrais do tempo, a exemplo do *Fado do pão*, da Revista *Salada Russa* (1918), onde se afirma:

“Se o povo soubesse um dia,
Como é feito o nosso pão,
Não escapava uma só padaria
Com certeza que haveria
Uma nova revolução.
Leva a bela serradura,
Cinza, terra, pó e nada,
Tem por dentro a cor da noite escura
Tem a cor da noite escura,
Sabe às pedras da calçada”³².

Situação semelhante é abordada num pequeno poemeto intitulado “Ele é pão?” de *O Seculo Comico*, de Junho de 1917:

“Há quem diga que o pão é de pau
Ou de pez, á saída do forno:
Mas tão duro, tão riço, tão mau
Não é pau nem é pez! É de torno...”³³.

Na tentativa de diminuir o preço do pão, o governo, no ano de 1919, restabelece a liberdade de comércio e procede à abolição dos preços fixos tabelados, instituindo ainda dois tipos de pão: um de 1ª qualidade e outro de segunda, mais barato³⁴, tema também visado no diálogo entre o “pão de luxo” e o “pão de lixo” da Revista *O Novo mundo*:

³² Rodrigues, 2007, p. 7.

³³ *O Seculo Comico*, Junho 1917, p. 1.

³⁴ Pais *et al.*, 1976, p. 417.

“Eu sou o pão ordinário
Pão que o diabo amassou;
Sou o pão do proletário,
Que o destino malfadou [...]”³⁵.

Como se escreveu na *Ilustração Portuguesa*, “o preço foi sensivelmente aumentado, pois o pão de primeira ficou a 12 tostões e o de segunda a oito, quando o tipo único se vendia a seis”³⁶. A medida vem a ter consequências contrárias ao pretendido e o pão não só começa a escassear como o seu preço sobe, obrigando o governo, ainda nesse ano de 1919, a diminuir o seu preço, através do monopólio da compra de trigo pela *Manutenção militar* e posterior venda às moagens a preço subsidiado. Esta medida, a do pão subsidiado pelo Estado, ficou conhecida pelo *pão político*³⁷, o qual seria abolido em 1923.

Na sequência da fome e da carestia que caracterizou todo este período, o governo lança, no ano de 1918, algumas medidas de carácter assistencial destinadas a socorrer as camadas mais desfavorecidas da população. Pelo decreto nº 4031, de 30 de março, são criadas cozinhas económicas, tuteladas pela Obra de Assistência 5 de Dezembro, fundada pelo Presidente Sidónio Pais³⁸ e que consistiam, sobretudo, na distribuição gratuita de sopas³⁹. Conhecidas como as *sopas do Sidónio*, replicavam iniciativas semelhantes instituídas em vários pontos do país, por decisão de governos civis e de elementos das populações locais, assim como ampliavam as Sopas dos Pobres,

³⁵ Rodrigues, 2007, pp. 94; 150.

³⁶ *Ilustração Portuguesa*, nº 861, 19 de Agosto de 1922.

³⁷ PAIS *et alii*, 1976: 417.

³⁸ Silva, 2006, 2º, pp. 188-192; Pereira, 2013, p. 242.

³⁹ Pinto, 1999.

criadas pelo jornal *O Século*, em Abril de 1917, em parceria com algumas paróquias de Lisboa⁴⁰.

As classes médias também foram afetadas pelos impactos da I Grande Guerra, sobretudo os setores profissionais que dependiam de ordenados ou de rendimentos pecuniários fixos, registando-se alterações significativas no seu quotidiano, tanto no que concerne ao número do pessoal doméstico que empregavam, como quanto aos consumos alimentares.

No primeiro caso, a conjuntura obrigou a uma apertada gestão financeira e à redução do pessoal doméstico, restringindo-o à “criada para todo o serviço”, ou, na pior das hipóteses, dispensando-a, sendo o seu serviço executado pela dona de casa. De um modo geral, uma família de rendimentos medianos dispunha, em meados do século XIX, pelo menos, de três criados: uma cozinheira ou cozinheiro, uma criada de dentro e, no caso de haver crianças, uma ama, de leite ou seca, consoante a idade dos pequeninos. Se a família era abonada, dispunha ainda de um porteiro (*groom*). Moços ou mulheres de recados, lavadeiras, engomadeiras, costureiras e mulheres-a-dias, trabalhando para várias casas em simultâneo, e ainda garotos para limparem os tanques e os galinheiros, complementavam a lista dos servidores domésticos⁴¹.

A partir da I Grande Guerra, as dificuldades económicas reduzem o número de criados, tornando mais comum a “criada para todo o serviço”, ao mesmo tempo que a atividade servil se feminiza, sobretudo devido ao facto de os seus salários serem inferiores aos masculinos. Esta alteração não deixaria de ser notada por Raul Brandão que a deixou registada nas suas *Memórias*, ao mencionar que

⁴⁰ *Ilustração Portuguesa*, Abril, 1917, p. 316; *Ilustração Portuguesa*, Maio 1917, p. 426; *Ilustração Portuguesa*, 1918, p. 26.

⁴¹ Vaquinhas; Guimarães, 2011, p. 216.

“[...] Um dia destes jantei no *Leão Triste*, que estava abarrotado de mulheres, e o Columbano, sentado ao meu lado, disse: Ainda me lembro do tempo em que não entrava nos restaurantes nenhuma mulher séria. Era uma vergonha. Hoje está tudo cheio de mulheres a comer nos restaurantes, porque há muito dinheiro e a falta de criadas é grande”⁴².

A partir dos finais dos anos 1920, o serviço doméstico expande-se pela pequena burguesia urbana, ansiosa por sinais exteriores de riqueza. A entrada de mulheres no mercado de trabalho fora do domicílio faz disparar a procura de criadas de servir, a qual continua pelas décadas seguintes, apesar dos obstáculos colocados pelo regime político no acesso das mulheres a empregos qualificados⁴³.

A I Grande Guerra também modificou as refeições: é o caso da substituição dos “pratos múltiplos” da gastronomia das classes abastadas oitocentistas, cujos cardápios poderiam incluir oito/dez pratos por refeição, pelo chamado prato único: sopa, carne ou peixe, fruta ou sobremesa, e que se tornam comuns a partir da 2ª Grande Guerra, período durante o qual se consolidaria este tipo de refeição.

4. A aceleração dos tempos e novas identidades femininas: *Garçonnes, cabelos à Joãozinho e garçonites. “Nucas rapadas, saias pelo pescoço e decotes pelo joelho”*

Os anos Vinte assistem também à afirmação de uma nova identidade feminina, a *garçonne* ou, na designação nacional, a *cabelos à Joãozinho*, a qual expressa, à sua maneira, a ideia de aceleração dos tempos, de modernidade e de boémia.

⁴² Brandão, 1933, p. 35.

⁴³ Vaquinhas; Guimarães, 2011, p. 216.

Identificada pelos cabelos curtos, por trajas ligeiros pelo Joelho, por uma silhueta estilizada e esguia, de aparência andrógina, em substituição das formas opulentas, de cunho maternal, que corporizavam os cânones da beleza da mulher da segunda metade do século XIX⁴⁴, assim como pelo espírito independente e frequência dos novos locais da moda e da boémia noturna, a *cabelos à Joãozinho* simboliza uma mudança de paradigma relativamente ao modelo vigente da esposa, mãe e dona de casa. Protagonista central dos Anos Vinte, esta marcou a década, ficando associada a uma imagem transgressora, sobretudo ao nível da aparência e dos costumes. Ao questionar a relação entre os sexos e os papéis que eram atribuídos às mulheres, ajudou a abalar as normas e os preceitos vigentes.

A difusão da “cabelos à Joãozinho”, como a imprensa portuguesa a qualificava, coincide com a participação mais ativa da mulher no mercado de trabalho fora do domicílio, seja nas profissões que se inscrevem no prolongamento das ditas funções “naturais” da mulher (ajudar, tratar, consolar), a exemplo da enfermagem ou da docência no magistério primário, seja, no setor dos serviços e da administração pública (como datilógrafas, amanuenses, escriturárias nos ministérios, na Junta do Crédito Público, entre outros organismos estatais), de tal modo que, no ano de 1930, 7,1% do funcionalismo do Estado era constituído por mulheres, não contando com todas aquelas que se empregavam nos correios, telégrafos e telefones do Estado, onde representavam 21,9% do pessoal⁴⁵.

Igualmente a expansão urbana do modelo *garçónico* coincide com alguns progressos na instrução feminina, tanto no ingresso no ensino secundário (por volta de 1920, as raparigas constituíam 24,2% de todos os alunos matriculados nos liceus portugueses, ou seja, cerca

⁴⁴ Vaquinhas, 2013, pp. 241-242.

⁴⁵ Vaquinhas, 2005, p. 25.

de um quarto dos alunos dos cursos liceais), como no ensino superior, inclusive universidades⁴⁶. Não obstante, no ano de 1930, a taxa de alfabetização mantinha-se relativamente baixa e alcançava apenas 31% da população feminina⁴⁷.

A 1ª República também trouxe alterações quanto aos direitos civis: é o caso da promulgação da legislação que autorizou o divórcio (3 de Novembro de 1910), das leis da Família ou da revisão dos Códigos Civil e de Processo Civil em aspetos que eram considerados ofensivos da dignidade feminina⁴⁸. Finalmente, os *Anos Vinte* assistem ao desenvolvimento do movimento feminista português, em particular, ao seu reconhecimento internacional (sobretudo de uma das suas organizações – o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*), bem como à realização de vários congressos (caso do I Congresso Feminista e da Educação, realizado em 1924, entre outros), onde se defendem princípios basilares: o direito ao sufrágio e à instrução, a abolição da prostituição, entre outras reivindicações.

É, por conseguinte, num quadro de modificações em curso que emerge essa nova figura da modernidade que foi a *garçonne*. Em rigor, o vocábulo *garçonne* é um neologismo criado, em 1880, pelo escritor e crítico de arte Joris-Karl Huysmans (1848-1907), para identificar o *tipo de femme-garçon*, corporizado por algumas artistas do tempo, entre as quais Mistinguett (1875-1956). São os meios teatrais, em França, durante a 1ª Grande Guerra, que dão visibilidade ao cabelo curto, acompanhando o culto patriótico de Joana d'Arc reativado pelo conflito⁴⁹.

⁴⁶ Vaquinhas, 2018, pp. 221-222.

⁴⁷ Candeias, 2004, p. 137.

⁴⁸ Vaquinhas, 2011, pp. 125-127.

⁴⁹ Senimon, 2014.

É, no entanto, a partir dos Anos Vinte, coincidindo com a crescente importância da moda na formação das representações e os inícios do modernismo⁵⁰, que esta expressão se divulga⁵¹, tendo por base o romance homónimo do escritor francês Victor Margueritte (1866-1942), publicado no ano de 1922, cuja personagem principal - Monique Lerbier - dará o mote para a caracterização da mulher moderna. Na ficção literária, Monique é uma jovem da alta sociedade francesa, educada de forma tradicional para se tornar numa boa esposa e mãe de família, mas que, ao descobrir a traição do noivo, começa a trabalhar, recusa o casamento de conveniência arranjado pelos pais, adota atitudes arrojadas e sexualmente ambivalentes, altera o seu visual, multiplica as aventuras galantes, frequenta *cabarets* e *dancings* da moda, experimenta o ópio e a cocaína.

Considerado indecoroso, o romance *La Garçonne* foi responsável por um grande escândalo literário, tendo sido incluído, pelo Vaticano, no *Index* dos livros proscritos, o que contribuiu para lhe dar grande publicidade e o converter num êxito de vendas (um milhão de exemplares em 1929), sendo traduzido em várias línguas e adaptado ao teatro e ao cinema⁵².

Em Portugal, a obra foi proibida pela censura, embora circulasse numa versão brasileira de 1923⁵³. Seria representada, no ano de 1927, no teatro da Trindade, pela companhia de teatro Lucília

⁵⁰ Bard, 1998, pp. 9-10; 16. Sobre a influência da arte nova na nova silhueta feminina veja-se, entre outros, Legentil, 2014.

⁵¹ Marques, 2007, pp. 22-26.

⁵² Bard, 1998, pp. 65-67.

⁵³ No Brasil, a influência da *garçonne* esteve na origem da *melindrosa*, personagem criada pelo caricaturista J. Carlos, em 1920, e que será consagrada pelo romance *Mademoiselle Cinema*, da autoria do jornalista Benjamim Costallat, publicado pela primeira vez em 1922. A obra reflete o impacto do romance de Vitor Margueritte mas está adaptado à sociedade carioca dos anos Vinte, em processo de modernização (Vaquinhas, 2016, p. 355).

Simões e Eurico Braga, com grande escândalo, obrigando à evacuação da sala, constituindo, no entanto, um enorme sucesso de bilheteira⁵⁴.

A fama difamatória veio provocar um efeito contrário ao desejado, divulgando a obra e o modelo *garçonne*, no que foi apoiada pela imprensa periódica, pelos meios de comunicação e pela produção de produtos cosméticos e artigos de moda. Confundindo as identidades sexuais, equiparando a mulher ao sexo oposto⁵⁵, o novo corte de cabelo foi associado a atitudes contestatárias que poderiam pôr em causa o tradicional papel das mulheres na sociedade. O seu sucesso foi de tal ordem que alguns jornalistas da imprensa diária se questionavam se não se estaria perante uma nova doença - “a garçonite” - “altamente contagiosa”, dada a rápida difusão do “escandaloso corte de cabelo” nos meios urbanos. O cabelo curto tinha uma conotação negativa, estando associado à doença ou à transgressão, retirando às mulheres um dos seus tradicionais símbolos de feminilidade: os cabelos compridos.

O corte de cabelo acompanha a formalização de um novo ideal físico: uma silhueta estilizada e esguia, bem como o desnudamento de partes do corpo feminino antes cobertas, como é o caso das pernas. A exposição do corpo vai obrigar a cuidados redobrados com a aparência impulsionando a prática de alguns desportos (ténis, natação...), a frequência das praias, a aquisição de produtos cosméticos e farmacêuticos, bem como assiduidade aos salões de cabeleireiro ou de beleza, profusamente publicitados nas páginas dos periódicos, fatores decisivos no nascimento da sociedade de consumo e na democratização da moda⁵⁶. Produtos capilares e de beleza, dietas

⁵⁴ Semana Ilustrada, 1927, pp. 1; 5.

⁵⁵ Zdatny, 1996, pp. 23-56.

⁵⁶ Bard, 1998, p. 48.

para emagrecer, sabonetes, loções, cremes, depilatórios, perfumes, colorações de cabelo, *permanentes indesfrisáveis* prometiam a sedução de visuais modernos e o combate aos sinais do envelhecimento. Associada ainda à *mulher moderna* está a condução de automóveis, chegando algumas a tirar o *brevet* e a pilotar aviões.

Ser *garçonne* implicava, no entanto, capacidade económica e alguma instrução, correspondendo esse modelo a uma minoria de mulheres urbanas, pertencente à classe média ou média alta, com possibilidade de cuidar da aparência, de frequentar os lugares da moda, de ter acesso à cultura francesa ou de estar atenta às novidades americanas.

Nos anos do pós-guerra, elegância e boémia tendem a coincidir, apropriando-se a *garçonne* do universo da noite, até então estritamente masculino, ao mesmo tempo que se expandem, sobretudo em Lisboa, estabelecimentos de diversão noturna, entre os quais clubes, como o *Bristol*, o *Majestic*, entre tantos outros⁵⁷. Nos *night-clubs* ou nos *dancings* entregam-se aos ritmos vibrantes do *jazz*, às coreografias atrevidas das novas danças (*charleston*, *fox-trot*, *shimmy*, *one-step*...), bailam coladas ao par, removidos muitos dos obstáculos do vestuário feminino do passado (como as anquinhas e as *tournures* que afastavam a mulher do seu par dançante).

O fator moda leva também muitas mulheres a fumar, fenómeno a que as tabaqueiras não ficam indiferentes, criando marcas de tabaco destinadas ao sexo feminino ou servindo-se da imagem da mulher moderna na publicidade. Também associado à vida noturna está o consumo de estupefacientes: a morfina, a cocaína ou *côca*, o ópio ou

⁵⁷ Vaz, 2008, pp. 27-40.

ídolo negro. A vertigem da velocidade afeta as relações, multiplicando-se os *flirts* passageiros.

A homossexualidade feminina expande-se e a ambiguidade das identidades sexuais permanece como uma constante dos loucos Anos Vinte, característica perceptível nos escritos de temática lésbica de Judith Teixeira, autora que escandalizou o moralismo oficial de Portugal, tendo sido apreendidas algumas das suas obras⁵⁸.

Definidas pelos críticos mais acérrimos como “nucas rapadas, saias pelo pescoço e decotes pelo joelho”, as *garçonnes* chocaram a sociedade do seu tempo, sobretudo os meios mais conservadores, por atentarem contra a decência e a identidade feminina. Num volume de crónica intitulado “Saías Curtas”, o folhetinista Luís de Oliveira escreveria que “As saias curtas foi para as pernas da mulher o que a Revolução Francesa foi para os direitos do homem”... Passe o exagero, o que é certo é que, em vários pontos do país, se chegaram a fundar associações de defesa dos costumes cristãos que visavam garantir a decência e a moralidade, no fundo, assegurar a castidade da mulher até ao casamento e a conceção cristã de família. Foi o caso, entre outras, da Associação de Defesa dos Costumes Cristãos⁵⁹, criada em Coimbra, por senhoras da elite coimbricense, muitas delas ligadas por relações familiares ao meio universitário, que condenava todos os “excessos”, entenda-se, “vestidos abertos e apertados”, e sugeria-se o uso de “vestidos afogados”, assim como se proibia às suas associadas de bailarem “danças menos honestas” ou de assistirem a teatros indecorosos. O caso de Coimbra não é único e discursos de teor moralizador e puritano acompanham o impacto da *garçonne* na

⁵⁸ Marques, 2007, pp. 91; 120-125.

⁵⁹ Esta associação foi criada em 1914 e manter-se-á até aos Anos Vinte, Carvalho, 1993, pp. 386-397.

sociedade e o processo que esta arrastou em termos de ruturas comportamentais.

Contudo, se os cabelos curtos e as roupas simplificadas entraram nos gostos femininos, já no campo dos comportamentos as alterações foram mais tímidas: casar permanece como o sonho da *garçonne* e o casamento continua a ser entendido, para a grande maioria, como garantia de sobrevivência económica e de reconhecimento social.

No fim da década, em especial a partir da crise de 1929, o visual *garçónico* começa a perder importância, regressando os cabelos compridos e as silhuetas curvilíneas, em estreita articulação com o retorno das ideologias conservadoras e os anseios de ordem e de estabilidade. Após o 28 de Maio de 1926, na Revista *O Novo Mundo*, cantava-se a cegarrega das saias, onde se dizia que “Pr’a que a perna sobressaia / E atraia qualquer janota / Subiu a saia / Desceu a bota”⁶⁰.

Com efeito, *a bota já tinha descido*, metaforicamente falando. Fazer “regressar” a mulher ao lar torna-se um discurso recorrente, o qual acompanha o fim da I República e os anseios de ordem, enquanto o visual *garçónico* vai perdendo importância. A doutrina social do regime é conservadora e avessa ao cosmopolitismo. O “Estado Novo” investe na imagem da “fada do lar” como aliada fiel do papel modelador e ideológico do Estado autoritário, sendo as mulheres chamadas à importante missão de “renovarem” a família, esse “oásis” da qual são consideradas o seu principal “esteio”⁶¹. Oliveira Salazar exprime com clareza, o que entende dever ser o lugar da esposa, no

⁶⁰ Rodrigues, 2007, p. 92.

⁶¹ Pimentel, 2011, pp. 32-33.

novo regime, contrapondo-o aos ideais emancipadores: “como vêm, estou nisto de reivindicações feministas tão atrasado, tão retrógado, tão fóssil, que, para mim, o melhor elogio da mulher é ainda o epitáfio romano: *Era honesta; dirigia a casa; fiava lã*”⁶².

Em conclusão:

A I Grande Guerra trouxe modificações profundas e obrigou a adaptações individuais e coletivas face à eclosão de situações inesperadas e problemáticas, que implicaram o reforço da intervenção do Estado na economia e a sua redefinição quanto ao papel a desempenhar na sociedade. As dificuldades nos abastecimentos alimentares, bem como a elevação dos preços ao consumidor, entre outras medidas, provocaram inúmeros protestos e reações negativas, gerando ondas de descontentamento por todo o país, e abalando as instituições republicanas-liberais. Tal facto, não impediu a emergência de novas identidades portadoras da noção de liberdade, tanto nas atitudes como nos costumes e na aparência, não desprovidas de consequências políticas, antecipando novos tempos. No fundo, provocou alterações radicais na vida de quase todos, transfigurando muitos fenómenos sociais, incluindo a forma de encarar as mulheres, ou, como escrevia Augusto de Castro, “um mundo acabou, um mundo nasceu”⁶³.

⁶² Carvalho, 1993, p. 403.

⁶³ Castro, 1933, pp. 163-164.

Fontes e Bibliografia

Fontes:

“A comida da gente pobre”, *O Livro da mulher*, s. d., pp. 641-642.

“A sopa para os pobres”, *Ilustração Portuguesa*, nº 582, 16 de Abril de 1917, p. 316.

“Sopa para os pobres”, *Ilustração Portuguesa*, nº 588, 28 de Maio de 1917, p. 426.

“Os acontecimentos de Lisboa”, *Ilustração Portuguesa*, nº 589, 4 de Junho de 1917, p. 448.

Ele é pão?”, “Atraz d’um pão”, *O Seculo Comico: suplemento humorístico de O Seculo*, nº 1021, 4 de Junho de 1917, pp. 1-2.

“Fin de fiesta no Trindade”, “Caiu o Carmo e a Trindade por causa da Garçonne”; “Dialogo da Garçonne e do Frei Luiz de Sousa”, *O Domingo Illustrado*, Ano III, Nº 105, 16 de Janeiro de 1927, pp. 1; 5.

“A assistência de 5 de Dezembro”, *Ilustração Portuguesa*, nº 646, 2ª serie, 8 de Julho de 1918, p. 26.

“A questão do pão”, *Ilustração Portuguesa*, nº 861, 2ª serie, 19 de Agosto de 1922, pp. 178-179.

Arte do Cosinheiro e do copeiro compilada dos melhores auctores que sobre isto escreveram modernamente sendo a parte principal extrahida da obra que tem por titulo A casa de campo, publicada em 1822, por M.me Aglae Adanson, dada á luz por Um Amigo dos progressos da Civilisação, Segunda edição augmentada com muitas receitas novas pertencentes á copa, Lisboa, Typographia da Sociedade Propaganda dos Conhecimentos Uteis, 1845, acedido em 30 de Março de 2019

(https://books.google.pt/books?id=AGg_AAAAYAAJ&pg=PR1&lpg=PR1&dq=Arte+do+Cosinheiro+e+do+copeiro+compilada+dos+melhores+auctores+que+sobre+isto+escreveram+modernamente&source=bl&ots=Moium-EWlf&sig=ACfU3U1LAo0gjT8BTt87Fzi8hlrqo3iwMg&hl=pt-PT&sa=X&ved=2ahUKEwIjz-yA2azhAhXt0eAKHcfPCHoQ6AEwAXoECACQAQ#v=onepage&q=Arte%20do%20Cosinheiro%20e%20do%20copeiro%20compilada%20dos%20melhores%20auctores%20que%20sobre%20isto%20escreveram%20modernamente&f=false).

BRANDÃO, Raul (1933), *Vale de Josafat. Memórias*, vol. III, Lisboa, Seara Nova. CASTRO, Augusto de (1933), *Sexo 33 ou a Revolução da Mulher*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.

NAZAREH, Pedro Dória (1908), “Estudo sobre a alimentação das classes trabalhadoras no Continente de Portugal. Districto de Coimbra”, *Tuberculose. Boletim da Assistencia Nacional aos Tuberculosos*, 3º Anno, nº 8, Lisboa, pp. 14-28.

Irene Vaquinhas

Bibliografia:

BARD, C. (1998). *Les Garçonnes, Modes et fantasmés des Années folles*, Paris, Flammarion.

BRANDÃO, Miguel Castro (2018), “A crise do abastecimento português (1916-1918) - Os impactos sociais e económicos da guerra submarina”, *Portugal na (e no tempo da Grande Guerra)*, Coordenação e edição de Fernando Moreira, Orquídea Ribeiro e Susana Pimenta, UTADE/CITCEM, pp. 326-286.

CANDEIAS, António (Direção e coordenação); PAZ, Ana Luísa; ROCHA, Melânia (2004), *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CÂNDIDO, Guida (2018), “Fome, Peste e Guerra: referências alimentares nos periódicos da Figueira da Foz durante a Grande Guerra”, *Portugal na (e no tempo da Grande Guerra)*, Coordenação e edição de Fernando Moreira, Orquídea Ribeiro e Susana Pimenta, UTADE/CITCEM, pp. 268-286.

CARVALHO, David Luna de (2011), “Os alevantes populares na Primeira República: Continente, Açores e Madeira, 1910-17”, *Lusitânia Sacra*, 24 (Julho-Dezembro), pp. 43-53.

CARVALHO, Paulo Archer de (1993), “Moralidade e bons costumes. Notas sobre o provincianismo e puritanismo nos inícios do século XX (a propósito de um caso exemplar)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 15, pp. 379-435.

CASCÃO, Rui (2011), “Em redor da mesa” in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea (de 1820 a 1950)*, direção de José Mattoso e Coord. Irene Vaquinhas, Círculo de Leitores, pp. 56-91.

LEGENTIL, Marion (2014), «L'influence de l'Art nouveau sur la silhouette et l'image de la femme à la Belle Epoque», Master 1, Université de Caen- Basse Normandie, 2012, *Genre & Histoire* [En ligne], 14 | Printemps 2014, mis en ligne le 26 août 2014, consulté le 07 avril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/genrehistoire/1941>

MARQUES, A. H. de Oliveira Marques (1993), “A Primeira República”, *História de Portugal Contemporâneo. Economia e Sociedade*, coord. A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 115-268.

MARQUES, Maria Gabriela Mota (2007), “Cabelos à Joãozinho”. *A garçonne em Portugal nos Anos Vinte*, Lisboa, Livros Horizonte.

PAIS, José Machado; LIMA, Aínda Maria Valadas de; BAPTISTA, José Ferreira; JESUS, Maria Fernanda Marques de; GAMEIRO, Maria Margarida, “Elementos para a história do fascismo nos campos: A “Campanha do trigo”: 1928-1938 (1)”, *Análise Social*, volume XII (2.º), 1976 (n.º 46), pp. 400- 474. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914262J9IUY8mu3Ig96WV6.pdf>

PEREIRA, David (2013), “Assistência Social. Instituições”, *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, A-E, Lisboa, Edição Assembleia da República – Divisão de Edições, pp. 237-243.

PEREIRA, Miriam Halpern (2016), *A Primeira República. Na fronteira do liberalismo e da democracia*, Lisboa, Gradiva.

PIMENTEL, Irene Flunser (2011), *A cada um o seu lugar. A política feminina do Estado Novo*, Lisboa, Temas & Debates / Círculo de Leitores.

PINTO, Maria de Fátima (1999), *Os indigentes entre a assistência e a repressão. A outra Lisboa no 1º terço do século*, Lisboa, Livros Horizonte.

PIRES, Ana Paula (2004), *A indústria da Moagem de Cereais. Sua organização e reflexos políticos do seu desenvolvimento durante a I República (1899-1929)*, Lisboa, UNL (Dissertação de Mestrado).

PIRES, Ana Paula (2009), "A economia de guerra: a frente interna", *História da Primeira República Portuguesa*, Coordenação de Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Tinta da China, pp. 319-347.

PIRES, Ana Paula (2013), "Abastecimentos", *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, A-E, Lisboa, Edição Assembleia da República – Divisão de Edições, pp. 11-16.

PIRES, Ana Paula (2015), "A República e a organização da economia de guerra", *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República, pp. 181-191.

PIRES, Ana Paula (2018), «Lisboa e a grande guerra: subsistências e poder municipal, 1916-1918», *Ler História* [Online], 73 | 2018, posto online no dia 28 dezembro 2018, consultado no dia 27 março 2019.
<http://journals.openedition.org/lerhistoria/4267>;
DOI: 10.4000/lerhistoria.4267.

REDONDO CARDEÑOSO, Jesús-Ángel (2017), «Protestas populares por las subsistencias en el Alentejo durante la Gran Guerra, 1914-1918», *Ler História* [Online], 70 | 2017, posto online no dia 12 setembro 2017, consultado no dia 31 março 2019. URL: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2757>;
DOI: 10.4000/lerhistoria.2757

RODRIGUES, Pedro Alexandre Caldeira (2007), *Ernesto Rodrigues, um homem do teatro na I República*, Lisboa, FLUL, Dissertação de Mestrado (http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/414/1/15989_Ernesto_Rodrigues_Um_Homem_do_Teatro_na_I_Rep00FAiblica_%28Vers00E3o.pdf).

ROLLO, Maria Fernanda (coord.) (2015), *Portugal e a Grande Guerra*, Lisboa, Divisão de Edições da Assembleia da República.

ROSSUM, Arnold Arie van (2011), *A questão das subsistências no Porto, no período da Grande Guerra*, Porto, FLUP, dissertação de mestrado, https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/57054/2/TESEMESAR_NOLDROSSUM000141880.pdf.

SENIMON, Fanny (2014), «Vers la coupe à la garçonne, une histoire des cheveux coupés des années 1900 à 1925», Master 2, sous la dir. de Pascal Ory, Université

Irene Vaquinhas

Paris I, 2013, *Genre & Histoire* [En ligne], 14 | Printemps 2014, mis en ligne le 26 août 2014, consulté le 12 juin 2017. URL: <http://genrehistoire.revues.org/1928>

SILVA, Álvaro Ferreira da; AMARAL, Luciano (2011), “A economia portuguesa na I República”, in *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, Lda., pp. 257-298.

SILVA, Ana Isabel Dâmaso da (2013), *A Primeira Guerra Mundial na cidade e distrito de Lisboa. Vivências e percepções*, Lisboa, FCSH da UNL, Dissertação de Mestrado, acedido em 30 Março 2019 (<https://run.unl.pt/bitstream/10362/13497/1/tesefinal.pdf>).

SILVA, Armando Malheiro da (2006), *Sidónio e Sidonismo. História de um caso político*, Vol. 2, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

VAQUINHAS, Irene (2005), “As mulheres na sociedade portuguesa oitocentista. Algumas questões económicas e sociais (1850-1900)”, *Nem gatas borralheiras, nem bonecas de luxo. As mulheres portuguesas sob o olhar da história (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 15-33.

VAQUINHAS, Irene; GUIMARÃES, Maria Alice Pinto (2011), “Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa”, *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Dir. José Mattoso; Coord. Irene Vaquinhas, Lisboa, Temas & Debates / Círculo de Leitores, pp. 194-221.

VAQUINHAS, Irene (2011), “A família: essa “pátria em miniatura”, *História da Vida Privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Dir. José Mattoso; Coord. Irene Vaquinhas, Lisboa, Temas & Debates / Círculo de Leitores, pp. 118-151.

VAQUINHAS, Irene (2013), “Quando a gordura começou a deixar de ser formosura... Os caminhos de um novo paradigma estético nos finais do século XIX-inícios do século XX”. *Revista de História das Ideias*, 33, pp. 241-259.

VAQUINHAS, Irene (2016), “Cabelos à Joãozinho e Melindrosas. Uma nova imagem das mulheres nos Anos 1920”, *Falar de mulheres dez anos depois*, Coord. Isabel Henriques de Jesus, Paula Gomes Ribeiro, Rita Mira e Zília Osório de Castro, V. Nova de Famalicão, Edições Húmus, Lda., pp. 353-360.

VAQUINHAS, Irene (2018), “Mulheres na Universidade de Coimbra: o caso das primeiras estudantes cabo-verdianas”, *História. Revista da FLUP*, IV Série, Vol. 8, nº 1, pp. 219-244.

VAZ, Cecília Santos (2008), *Clubes Nocturnos Modernos em Lisboa: Sociabilidade, Diversão e Transgressão (1917-1927)*, Lisboa, ISCTE, dissertação de mestrado (<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1265?mode=full>)

ZDATNY, S. (1996), “La mode à la garçonne 1900-1925: une histoire sociale des coupes de cheveux”. *Le Mouvement Social*, nº 174, Janvier-Mars, pp. 23-56.